

**HABEAS CORPUS Nº 548.176 - SP (2019/0354942-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : **FABIANO RICARDO DE CARVALHO MANICARDI**  
**ADVOGADO** : **FABIANO RICARDO DE CARVALHO MANICARDI - SP0194390**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE** : **ALESSANDRO DUARTE (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALESSANDRO DUARTE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n.º 0001114-62.2016.8.26.0438.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado "*ao cumprimento das penas, nos termos do artigo 69 do CP (concurso material)*:"

*a) 4 (quatro) meses e 2 (dois) dias de detenção, em regime inicial semiaberto e pagamento de 12 (doze) dias-multa, no menor valor, por infração ao artigo 139, caput, do Código Penal (em relação ao policial Tulio Nicolau);*

*b) 1 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção, em regime inicial semiaberto, por infração ao artigo 147, caput, do Código Penal (em relação ao policial Tulio Nicolau);*

*c) 1 (um) ano, 11 (onze) meses e 16 (dezesesseis) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto e pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa, no mínimo legal, por infração ao artigo 140, §3º, do Código Penal (em relação ao policial Luiz de Paula);*

*d) 2 (dois) meses e 21 (vinte e um) dias de detenção, em regime inicial semiaberto, por infração ao artigo 329, caput, do Código Penal.*

*e) 8 (oito) meses e 5 (cinco) dias de detenção, em regime inicial semiaberto, por infração ao artigo 331 do Código Penal."*

O recurso de apelação interposto pelo Sentenciado foi provido a fim de reduzir a pena do crime de injúria racial (art. 140, § 3.º, do Código Penal) para 1 (um) ano, 9 (nove) meses e 23 (vinte e três) dias de reclusão, mais o pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa.

Na presente impetração, a Parte Impetrante alega, em suma, que o Paciente é primário, pois não há contra ele condenações com trânsito em julgado. Aduz que os

processos demonstrados na folha de antecedentes foram em sua maioria suspensos e, assim, a fixação de regime diverso do adequado carece de idoneidade.

Requer, liminarmente e no mérito, o estabelecimento do regime inicial aberto para o cumprimento da pena.

É o relatório.

Decido.

Extraio do voto condutor do acórdão impugnado, quanto à dosimetria da pena, o seguinte trecho (fls. 16-17; sem grifos no original):

*"As bases para todos os delitos foram estabelecidas acima do mínimo legal, em razão de o apelante ostentar antecedentes criminais com condenação por roubo, tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo (cf. certidões de fls. 155 e 175/176); contudo, entendo que a fração desse aumento deve ser a mesma de 1/6 (um sexto) para todos os crimes (e não somente para os crimes de difamação, ameaça, resistência e desacato, como entendeu o Magistrado sentenciante), uma vez que foi considera idêntica circunstância judicial desfavorável para todos os crimes (maus antecedentes do réu), de modo que mantenho as penas de 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção, mais o pagamento de 11 (onze) dias-multa, no piso legal, para o crime de difamação; 01 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção, pelo cometimento do crime de ameaça; 02 (dois) meses e 10 (dez) dias de detenção, pela resistência; e 07 (sete) meses de detenção, para o crime de desacato; reduzindo-se a pena do crime de injúria racial para 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão, mais o pagamento de 11 (onze) dias-multa, no piso legal, nessa primeira fase.*

*Na segunda etapa, **corretamente reconhecida a agravante da reincidência** (cf. certidão de fls. 153/154 - praticou anteriormente um crime de posse de entorpecentes), a pena dos crimes foram majoradas em mais 1/6 (um sexto), perfazendo 04 (quatro) meses e 02 (dois) dias de detenção, mais o pagamento de 12 (doze) dias-multa, no piso legal, para o crime de difamação; 01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 10 (dez) dias de reclusão, mais o pagamento de 12 (doze) dias-multa, no piso legal, pelo cometimento de injúria racial; 01 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção, pelo delito de ameaça; 02 (dois) meses e 21 (vinte e um) dias de detenção, diante do crime de resistência; e, finalmente, 08 (oito) meses e 05 (cinco) dias de detenção, pelo crime de desacato.*

*Por derradeiro, insta registrar que somente para o crime de injúria racial, a pena sofreu o aumento de 1/3 (um terço), pela causa de aumento prevista no artigo 141, inciso II, do Código Penal, já que esse crime foi praticado contra agente público, quando, na verdade, a meu*

# Superior Tribunal de Justiça

*ver, essa causa de aumento também deveria incidir na pena do crime de difamação, mas é certo que agora nada pode ser feito, sob pena de indevida reformatio in pejus, resultando em uma pena final para o ilícito de injúria racial de 01 (um) ano, 09 (nove) meses e 23 (vinte e três) dias de reclusão, mais o pagamento de 16 (dezesseis) dias- multa, no piso legal.*

***O regime prisional inicial semiaberto merece ser preservado, tendo em vista os antecedentes criminais e também a comprovada reincidência do réu, a demonstrar que as condenações anteriores e definitivas não foram suficientes para frear seus impulsos antissociais, de modo a não autorizar a imposição de regime prisional mais brando, conforme igualmente entendeu o Juízo de origem (cf. artigo 33, caput, e § 3º, do Código Penal); tanto que a defesa sequer pediu a sua mitigação."***

Na espécie, tendo em vista as alegações da Parte Impetrante, bem como o pleito satisfativo, impõe-se sejam prestadas previamente as informações das instâncias ordinárias sobre os antecedentes do Paciente para a apreciação do alegado constrangimento ilegal sofrido.

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, especialmente sobre a situação prisional do Paciente, que deverão vir acompanhadas da folha de antecedentes do Paciente e da chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora